



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

18 DE JANEIRO DE 1978.

VISITA AO MÉXICO.

ENTREVISTA A IMPRENSA, NO SALÃO
LAS FUENTES DO HOTEL EL PRESI-
DENTE CHAPULTEPEC.

A entrevista teve início com a pergunta do presidente do Comitê de Imprensa, o jornalista Cornélio Franco, do Jornal de Brasília.

P — Ao final de três dias na Cidade do México, o que foi mais positivo: a abertura de perspectivas de ampliação do comércio com o México ou o despertar para que a mentalidade latino-americana torne os nossos povos menos dependentes das grandes potências?

R — Ao terminar a viagem à Cidade do México, eu me dispus a realizar esta entrevista para dar aos jornalistas mexicanos e aos jornalistas brasileiros minha impressão pessoal do que representou esta visita, e como eu a avalio; e, em linhas gerais, indicar os resultados que ela proporcionou ou pode vir a proporcionar. Pretendo, nesta hora em que estamos aqui juntos, satisfazer-lhes a curiosidade neste sentido, na convicção de que todos assim estaremos colaborando para nosso objetivo comum.

A pergunta que o Senhor me fez é evidentemente muito complexa pois indaga o que foi mais positivo. Acredito que toda a viagem foi positiva. Foi positivo, no sentido do relacionamento bilateral, entre o Brasil e o México, como o foi no quadro mais amplo na América Latina. Verifiquei, com

muita satisfação, que o presidente do México tem identidade de pontos de vista comigo, no sentido de que negociações multilaterais geralmente não conduzem a resultados práticos, objetivos. É mais conveniente iniciar as negociações no campo bilateral e estendê-las progressivamente, de modo que, ao longo do tempo, um conjunto de negociações bilaterais leve a um consenso que permita resultados no quadro multilateral. Vejam bem que a idéia da integração latino-americana, através de um grande número de organismos existentes hoje em dia, pouco saiu do campo teórico e retórico. Ficamos em bonitas idéias, enunciamos bonitos princípios, conversamos muito, mas no que se trata de concretização prática e objetiva pouco se tem realizado.

Há dois campos fundamentais que se entrelaçam: um é o político, o outro, o econômico. O quadro econômico hoje em dia adquire relevância extraordinária e é sobre ele que versaram nossas conversações. Dificilmente eu poderia dizer em quais das duas áreas os resultados foram mais positivos. Acredito que foram, no conjunto, positivos.

(A seguir, as perguntas passaram a ser apresentadas em grupos de três).

P — (Do senhor Francisco Rios Salinas, do jornal «Excelsior»): Senhor Presidente, qual a sua opinião a respeito da possibilidade de uma integração latino-americana, mesmo quando há divergências de ideologia nos regimes latino-americanos?

P — (Da Senhora Ada Hernandez, do jornal «El Heraldo»): Dentro do mesmo tema, há várias

décadas se vem lutando pela chamada integração latino-americana. Nos diversos foros mundiais os representantes dos diferentes países afirmam o mesmo, ou seja, que são os interesses nacionais que impedem essa integração. Que opinião o Senhor Presidente Geisel tem sobre isso?

P — (Do Senhor Victor Cazares, do jornal «El Nacional»): Há realmente um desejo, entre os governantes latino-americanos, de chegar à integração latino-americana?

R — Todas estas perguntas versam sobre o problema da integração latino-americana. Se bem entendi, de um lado se pergunta se os aspectos ideológicos, divergentes muitas vezes, não constituem um obstáculo a essa integração; de outro lado, se também os interesses nacionais não prejudicam a integração, e por fim se o Brasil deseja essa integração.

Há pouco já abordei este problema. Todos nós desejamos a integração, mas temos de convir que ela não é fácil. E a prova de que não é fácil é que estamos trabalhando há muitos anos neste sentido. E quando se fala de integração, evidentemente não se pode pretendê-la completa; ela não pode abarcar todos os domínios e com toda a profundidade. Tem que ser feita respeitando as diferentes nacionalidades; ela tem que respeitar as peculiaridades de cada uma das nações que constituem a América Latina, a sua soberania, a sua autodeterminação, a sua independência, seja país pequeno, seja país grande. Tem

que respeitar, também, o sistema ideológico. Admitimos hoje em dia diferentes ideologias. Todos nós entendemos, e procuramos ser, nas melhores condições possíveis, democratas; mas a democracia não é uma só. Ela varia inclusive com a natureza e a mentalidade do povo. Acho que a democracia que se pratica no Brasil ou a que se pratica no México, não é a mesma que se pratica nos Estados Unidos, nem a que se pratica na Alemanha. Há peculiaridades próprias que influem nesse sentido. A integração que procuramos, com a qual sonhamos, e pela qual trabalhamos tem suas limitações, tem seus contornos, e não pode ser uma integração absoluta; é um caminho que se abre, é um rumo que se fixa, é o objetivo que se pretende alcançar. Temos de estar convencidos de que ele só será atingido lentamente e ao longo do tempo, porque os obstáculos e as dificuldades que se antepõem à integração são de dupla natureza: de um lado, somos nós mesmos, nossos próprios países, cujos interesses e circunstâncias por vezes a dificultam; de outro, é o resto do mundo, a quem também muitas vezes não interessa que a integração se efetive. Acho que, por mais difícil que o problema se apresente, ela não deve ser abandonada. Ao contrário, todos devemos interessar-nos e trabalhar no sentido de realizá-la no menor tempo possível e nas melhores condições para todos.

P — (Do Senhor Fábio Peres, da «Rede Globo»): No comunicado conjunto a ser divulgado daqui a pouco, consta uma posição comum de Brasil e México em defesa dos direitos humanos. Qual a impor-

tância diplomática dessa manifestação e o seu significado específico para os países?

P — (Do Senhor Feichas Martins, dos «Diários Associados»): O Senhor propôs um pragmatismo e um ecumenismo para a política externa do seu governo. O fator ideológico tem constituído algum limite para a aplicação desses princípios?

P — (Do Senhor Haroldo Lima, da «Agência Folhas»): Há quem diga que um dos objetivos desta viagem foi o de estabelecer uma frente ampla latino-americana para enfrentar as dificuldades dos países do Continente com os Estados Unidos. Isso é verdade?

R — O comunicado conjunto ainda não foi divulgado. Acredito que o jornalista que se refere ao comunicado conjunto e aos direitos humanos se tenha louvado principalmente no discurso que o Presidente Lopez Portillo pronunciou no banquete de ontem à noite, em que esse tema foi mencionado. Tem-se falado muito em direitos humanos. Acho que é o tema que está mais em moda no mundo hoje em dia. Constitui um dos temas básicos da atuação do Presidente dos Estados Unidos da América, o Presidente Carter e, como é natural, com a influência que os Estados Unidos têm no mundo, o tema se divulgou e todos nós hoje em dia falamos em direitos humanos. Esses direitos estão consagrados pela Organização das Nações Unidas, foram aprovados pelos diferentes países, inclusive o Brasil. E o Brasil, como os demais países, se empenha realmente em que esses

direitos sejam preservados. A única divergência que temos com relação a outros é que achamos que cada país tem que cuidar desse seu problema e não se justifica a interferência de países terceiros na economia interna de cada um dos países por si. O Brasil tem preservado esse princípio, mas dá a ele uma conotação que não é exatamente aquela divulgada diariamente, inclusive através da imprensa. O conceito vulgar de direitos humanos se cinge a um problema de liberdade, sem se condicionar, entretanto, essa liberdade à condição fundamental de responsabilidade, e também se imagina uma conotação de direitos humanos exclusivamente com ideologias políticas. Entretanto não é isto, apenas, que constitui direitos humanos. Tenho ressaltado e destacado, inúmeras vezes, que no rol dos direitos humanos existem direitos básicos e fundamentais sem os quais a vida humana praticamente não existe. O homem tem como direito fundamental o de viver, mas viver com dignidade. Ele precisa ter educação, precisa ter saúde, precisa de ter alimentação, precisa ter habitação, precisa ter, sobretudo, condições de emprego que lhe permitam ter uma vida digna. É isto o que os países em desenvolvimento, como o Brasil — e acredito que o México — e aí coincidimos novamente eu e o Presidente Lopez Portillo, estamos fazendo quando nos procuramos desenvolver, quando lutamos para transformar o pouco potencial que temos em poder para que o nosso povo venha a usufruir de todos esses direitos. Para que esse desenvolvimento se realize — o que é uma tarefa extre-

mamente penosa, sobretudo pelos recursos necessários — é que advogamos e pleiteamos uma modificação na estrutura econômica mundial. Achamos que os países desenvolvidos têm de apoiar, têm de ajudar e têm de encontrar fórmulas que permitam aos países em desenvolvimento apressar e acelerar seu desenvolvimento, ao invés de criar dificuldades para eles. Esse desenvolvimento que muitos pensam que apenas é econômico, na realidade visa ao desenvolvimento social. É com o desenvolvimento econômico e social, integrado com o desenvolvimento político, nós asseguramos ao nosso homem um melhor bem-estar, melhores condições de vida e — vou dizer-lhes sinceramente — uma melhor democracia. O Brasil, dentro desta idéia, de assegurar seu desenvolvimento, procura ter uma política pragmática e procura ter uma política ecumênica. Estamos integrados na América Latina. Há pouco falou-se no problema da integração. Esta integração não pode ser exclusivista. Vivemos num mundo que diariamente se torna cada vez menor. As distâncias diminuem em função da velocidade com que hoje em dia nos comunicamos. A idéia de integração latino-americana não exclui o interrelacionamento do Brasil com todo o resto do mundo. E aí vem o ecumenismo. Temos relações praticamente com todos os países — creio que o único país que presentemente está excluído de nossas relações é Cuba — e procuramos com eles manter boas relações políticas, sobretudo relações culturais e econômicas, dentro do objetivo comum de melhorar as condições de vida e de trazer para o Brasil os

melhores benefícios possíveis. Não creio que as ideologias tenham prejudicado sensivelmente esse pragmatismo e ecumenismo. Haja vista o comércio que o Brasil tem com a União Soviética, com os países do Leste Europeu, e cito mesmo o recente tratado comercial que assinou com a China.

Perguntam se um dos meus objetivos nesta viagem era analisar ou obter maior cooperação dos países latino-americanos em face de possíveis divergências ou de dificuldades com os Estados Unidos da América do Norte. Respondo negativamente.

Eu não creio que exista um conflito entre a América Latina e os Estados Unidos da América do Norte. É possível que os Estados Unidos, pela posição de liderança que ocupam hoje em dia no mundo ocidental, e preocupados com inúmeros problemas na Europa, no Oriente Médio e na Ásia, não dêem à América Latina a importância que ela já adquiriu hoje em dia no quadro mundial. É possível que as nossas relações não se exerçam com a intensidade que as deveria caracterizar. Isso, talvez em parte, também pela ausência de conflitos mais candentes. Temos, no Brasil, com os Estados Unidos da América do Norte, relações de amizade tradicionais, que vêm desde a nossa independência. Somos dois países que convivem e cooperam entre si desde essa época. Fomos aliados na Primeira Guerra Mundial e fomos aliados na Segunda Guerra Mundial. Não obstante, o que é um fenômeno perfeitamente natural, temos divergências. O fato de sermos amigos não implica coincidirmos em tudo. Temos divergências que pro-

curamos, pelo diálogo, pela conversação, pelo entendimento, resolver. É quando não conseguimos resolvê-las, procuramos preservar nossa autonomia, nossa autodeterminação. Outros países podem ter maiores ou menores dificuldades nas relações com os Estados Unidos da América, mas acho que não devemos ver nos Estados Unidos um país antagônico. Ao contrário, devemos também fazer com que eles se integrem no conjunto da América.

P — (Da Senhora Norma Kerat, da «Televisa»): Qual foi o fundo político para o Brasil visitar o México? Foi apagar a idéia de liderança democrática do México na América Latina ou apagar a idéia de liderança do Brasil no militarismo da América Latina?

P — (Do Senhor Ricardo Ritter, de «Agência Latin»): Depois de sua viagem ao Uruguai, existe a possibilidade de um encontro com o Presidente Videla, da Argentina?

P — (Do Senhor Enrique Alvarez Manilla, de «Notimex»): A criação, em 1962, da cidade de Brasília, constituiu um grande feito em matéria de população. Que pensa o senhor sobre o crescimento populacional do mundo no ano 2000, e qual a solução que se pode dar ao problema da América Latina?

R — Vamos responder às perguntas por partes. Se bem entendi, a pergunta que a senhora formulou se refere à liderança, ao problema da liderança do México, ao problema de liderança do Brasil, no quadro latino-americano. Declarei, se não me engano

à própria televisão daqui do México, ainda em Brasília, que o Brasil não pretende ser líder de nenhuma área. Por outro lado, tampouco reconhece, dentro da América Latina, liderança de ninguém. Achamos que países grandes ou países pequenos na América Latina, em nosso conjunto, têm que se tratar com igualdade. Embora sejamos diferentes em tamanho, em potencial, em poder, o espírito latino-americano é, no sentido político, igualitário. Todas as nações têm os mesmos direitos e têm os mesmos deveres, e não há razão de preponderância de uma sobre a outra. No caso específico do Brasil, é comum a acusação de ser, o nosso país, imperialista. Remonta-se a épocas do passado, épocas da conquista, em que o território brasileiro, pela ação de Portugal, se dilatou: procura-se atribuir ao Brasil um sentimento imperialista. Esta é uma afirmação feita com desconhecimento de causa. O Brasil possui um território tão amplo, tem tanto a fazer nesse território, para dar-lhe vida, para extrair dele os instrumentos e os elementos que podem ser postos a serviço do homem brasileiro, para melhorar-lhe a vida, que não se pensa e não se pode pensar em exercer qualquer ação ou pressão sobre países vizinhos. O Brasil está de tal forma ocupado consigo mesmo, em conquistar-se a si mesmo, que seria uma veleidade pensar em dominar ou conquistar qualquer outro país. A propósito, convém lembrar que o Brasil — e este talvez seja um fato original no mundo — tem dez vizinhos em torno de si, sem considerar a área marítima, que é também uma área de vizinhança, sobretudo com a

África. São 10 países latino-americanos, que vão desde o Uruguai até a Guiana Francesa, envolvendo o Brasil. Só não temos limites com o Chile e com o Equador. Pois bem, com esses dez países vivemos pacificamente, em harmonia, cooperando, convivendo como verdadeiros amigos. Claro que, de vez em quando, temos fricções, temos problemas, mas que procuramos resolver harmoniosamente. É o Brasil, por tradição, um país pacífico. Todos os seus problemas internacionais foram resolvidos mediante entendimento ou arbitragem. Temos fronteiras vivas. Com o Uruguai, por exemplo, temos uma fronteira de mais de 1.000 km, em que há cidades gêmeas — cito, como exemplo, Rivera e Livramento — separadas por uma avenida internacional e que vivem como uma única cidade; inclusive, trocam serviços, suprem, de um lado, as deficiências do outro. No comércio, nas áreas de lazer, na vida familiar, é como se fossem uma cidade única, embora uns falem português e outros falem o espanhol. Do mesmo modo temos cidades na fronteira com a Argentina, separadas pelo Rio Uruguai, mas unidas por pontes, como Uruguiana e Paso de Los Libres, em que se convive com toda a harmonia. O mesmo ocorre com o Paraguai, com a Bolívia. Em todas essas fronteiras vivas, sobretudo no sul do Brasil, os nossos povos se intercomunicam com absoluta harmonia. Também não vejo porque o México tenha que ser o líder na América. Todos nos ajudamos, no sentido de que possamos progredir. Quanto à pergunta sobre o Uruguai e o encontro com o Presidente Videla,

lembro que este tema está fora do objetivo desta entrevista, que eu queria dedicar às relações entre o México e o Brasil. Entretanto, mesmo assim me proponho a responder. É possível o encontro com o Presidente Videla. Explora-se muito uma suposta rivalidade, um suposto desentendimento entre o Brasil e a Argentina, Quero desmentir isto. Brasil e Argentina são países amigos. São países amigos que vivem em paz há mais de 100 anos. O comércio que temos com a Argentina é dos maiores. O Brasil talvez seja hoje um dos maiores compradores da Argentina no comércio internacional. Os nossos povos vivem como povos irmãos. É claro que temos divergências. Há assuntos em que não concordamos e que procuramos resolver. Presentemente, há o problema, que está sendo examinado, referente a aproveitamentos hidrelétricos no Rio Paraná, decorrente da construção da usina de Itaipu. Mas não creio que sejam problemas de monta a ponto de tornar nossas relações com a Argentina extremadas ou impossíveis. Ao contrário, são problemas que surgem no dia-a-dia, justamente pela proximidade, pela interconexão entre os dois países, que são resolvidos sempre harmoniosamente. É possível que eu me encontre com o Presidente Videla. Não há nada programado nem previsto, mas é possível que eu me encontre com ele, como um qualquer outro presidente latino-americano.

A explosão demográfica é realmente uma questão muito grave. Enfrentamos este problema no Brasil, e em grande parte dos países da América

Latina. Excluo naturalmente a Argentina e o Uruguai, cujas populações estão mais ou menos estabilizadas; sei que aqui no México este problema é muito sério. Parece que o México está com um índice de crescimento populacional acima de 3% ao ano. No Brasil, de acordo com o último censo, estamos com 2,7-2,6-2,7%. Este é um número que nos preocupa seriamente. Com este índice, a população do Brasil cresce em mais de dois milhões de habitantes. Ou seja, a população brasileira aumenta anualmente em um número equivalente à população do Uruguai. Se, por um lado, este fenômeno é interessante — porque todos nós gostamos de crianças, e as crianças são os jovens de amanhã, e os jovens de amanhã serão os homens de depois de amanhã, serão os que vão dirigir nosso país no futuro — entretanto, este crescimento demográfico representa uma sobrecarga extraordinária. Estamos continuamente construindo escolas, para eliminar o analfabetismo e não criar novos analfabetos. Estamos construindo hospitais, estamos incrementando a agricultura, pecuária, para produzir cada vez mais alimentos. Temos que vestir e educar essas crianças, e, mais adiante, temos de achar-lhes empregos. No Brasil, temos de criar, por ano, cerca de um milhão de empregos. E embora o Brasil tenha extraordinária potencialidade, esta não é tarefa fácil. Abrir novas áreas para a agricultura, criar novas indústrias, criar outros serviços, para absorver esse milhão e meio de jovens que precisam trabalhar, é uma tarefa terrível para um governante. Posso-lhes afirmar que

esta preocupação dá lugar a noites indormidas. Ai é que falta a compreensão dos países desenvolvidos, que poderiam cooperar melhor, poderiam ajudar-nos melhor, na tarefa de resolver esses problemas. Outra fórmula é a da limitação da natalidade. Esta é a fórmula que os países desenvolvidos adotaram e que, à medida que o povo se educa, se vai realizando. Vejam bem que as classes mais favorecidas, as mais educadas, as que têm mais recursos financeiros, fazem seu planejamento familiar e limitam a natalidade. E são justamente as classes mais pobres, as doentes, as menos educadas, as que têm menos capacidade de trabalho, que têm famílias numerosas. E isto então significará, no sentido humano, quase que uma degenerescência? Nós achamos que a limitação da natalidade não deve ser imposta. Ela deve ficar ao arbítrio, ao desejo, à vontade do casal. É o marido e a mulher que têm que resolver seu problema. Mas eles devem ser informados sobre esta questão. E devem ter uma orientação de como realizar seu planejamento familiar. Este é o meu ponto de vista pessoal. Quero dizer que no Brasil isto ainda não está sendo praticado. No Brasil, de modo geral, há um decréscimo no índice do aumento da população, mas este é espontâneo, e, porque espontâneo, é muito lento. E se olharmos essa imagem do ano 2000, o problema talvez será muito sério e muito difícil se não começarmos desde já a pensar um pouco mais no planejamento familiar.

P — (Do Senhor Adroaldo Streck, de «Rádio Guaíba», de Porto Alegre): O Senhor falou no con-

vívio fraterno de uruguaios e brasileiros ao longo de uma extensa fronteira. Que perspectivas o Senhor vê de colaboração como consequência de sua visita a Montevidéu? De colaboração regional?

P — (Do Senhor Alexandre Garcia, do «Jornal do Brasil»): O Senhor disse há pouco que apenas Cuba se exclui do convívio brasileiro. O Brasil estaria disposto a analisar novamente as relações com aquele país?

P — (Do Senhor José Fonseca Filho, de «Jornal da Tarde»): O Governo mexicano demonstrou algum interesse particular, ainda que preliminarmente, pelo problema nuclear brasileiro e suas possibilidades de aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos? De qualquer forma, o Senhor acredita que, neste campo específico, o Brasil poderá oferecer uma nova experiência aos demais países latino-americanos, a médio ou longo prazo?

R — A primeira pergunta também está fora de nosso temário. Ela se refere ao Uruguai e nós estávamos discutindo, e eu gostaria de discutir mais México e Brasil, mas vejo que as perguntas México e Brasil não estão interessando muito aos repórteres, talvez porque já conheçam tudo o que houve durante estes dias. Mas eu vou responder. Minha visita ao Uruguai é uma retribuição à visita que o Presidente Aparicio Mendez me fez, há alguns meses. Relaciona-se principalmente à questão — cujo desenvolvimento se vai iniciar — do aproveitamento conjunto das águas do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Este

rio é fronteira, é divisa entre os dois países. E a Lagoa Mirim é compartilhada pelos dois. Ali existe a possibilidade de execução de obras, visando, sobretudo, à irrigação da área. Milhares de hectares poderão ser irrigados, tanto num país como no outro, o que permitirá produção, extraordinariamente elevada, sobretudo de arroz. Vamos iniciar aí um segundo empreendimento bilateral entre países. Como fizemos primeiro com o Paraguai, em Itaipu, vamos executar agora esta obra com o Uruguai. Sempre numa demonstração de trabalho no interesse comum, compartilhando num sentido de absoluta paridade. Itaipu está sendo construída pelo Brasil e Paraguai, num sistema de 50% de um lado, 50% do outro. O Brasil financia a obra e o Paraguai pagará a sua parte, os seus 50%, vendendo energia ao Brasil. No caso da Lagoa Mirim, os trabalhos de irrigação e de um pequeno aproveitamento hidrelétrico, as despesas serão também divididas igualmente e o aproveitamento será igualmente na base de 50% para cada parte.

Não vejo, no quadro atual, motivos para que o Brasil modifique sua posição em relação a Cuba. Os países da América, exceto o México, cortamos nossas relações diplomáticas com Cuba; não temos com esse país relações de qualquer natureza. Não vejo, no momento, possibilidade qualquer de mudança. A nós nos preocupa é o desbordamento de Cuba fora de sua área. Devo, particularmente, registrar a presença de forças cubanas na África. O Brasil é um país que se interessa muito pela África. Por razões

históricas, de um lado: sabe-se que no Brasil existe um contingente grande de população de origem africana. De outro lado, por afinidade lingüística, sobretudo com Angola e Moçambique, que foram antigas colônias portuguesas, e são países que têm tradições semelhantes às do Brasil. Finalmente, porque são países fronteiriços com o nosso, separados apenas pelo Atlântico — que aliás não separa, acho que nos une — e são países em que o Brasil poderá ter influência, poderá exercer cooperação, inclusive no sentido econômico, social, e, com esses fatores todos, ajudar, para elevar, também, o nível de vida nos países africanos.

Apresentei ao Presidente Lopez Portillo o ponto de vista brasileiro relacionado com a energia nuclear. Mostrei que o Brasil é um país que até hoje se tem servido de seu elevado potencial hidráulico. Graças aos rios e aos desníveis que esses rios apresentam temos conseguido praticamente nos abastecer de energia elétrica. Neste setor nosso desenvolvimento tem sido extraordinário com a demanda de energia crescendo a taxas altíssimas. De um lado, em decorrência do desenvolvimento industrial, mas de outro lado pela melhoria das condições de vida da população, que, inclusive na área rural, está hoje em dia consumindo grandes quantidades de energia elétrica. Aquele potencial hidráulico, na parte Sul do país, está praticamente no limite de aproveitamento. Há poucas áreas em que se poderão construir novas usinas hidrelétricas. Resta a Bacia Amazônica, mas que é distante de nossos centros industriais e dos

maiores centros de consumo. Aí, criar-se-á entre nós um problema de transferência de energia, que pretendemos resolver, adotando métodos modernos de transferência através de corrente contínua e, de outro lado, de um sistema de interligação de toda a rede de energia elétrica no território nacional. É um empreendimento de vulto, que levará anos a ser realizado. Prevemos que, proximamente, se não conseguirmos ter maior êxito nas pesquisas exploratórias na busca de petróleo e na busca de mais e melhor carvão, se não tivermos a felicidade que o México teve de encontrar um potencial extraordinário de petróleo, teremos uma crise energética muito séria. Hoje em dia, apesar de ter elevado consumo elétrico de origem hidráulica, o Brasil consome 4 bilhões de dólares por ano na importação de petróleo. Se pensarmos no ano 2000 e nessa população toda que o crescimento demográfico vai nos trazer, precisamos de pensar em novas fontes de energia. Daí surgiu o programa nuclear brasileiro. Este programa, para não ser vulnerável, como é presentemente o do petróleo no nosso caso, foi concebido como programa integrado. Temos jazidas de urânio, vamos beneficiar esse urânio, vamos fazer o combustível, enriquecendo esse urânio; vamos gerar nossa energia e, em seguida, os rejeitos serão reprocessados, para podermos visar ao melhor aproveitamento energético. É um programa integrado, completo, e que se caracteriza por ser um programa essencialmente pacífico. Há hoje em dia no mundo o receio da proliferação da arma nuclear. Mas o Brasil tem compromissos assumidos, inclusive

através do Tratado de Tlatelolco de usar a energia nuclear exclusivamente no sentido pacífico. É mais do que isto: o Brasil submeteu-se a todo o regime de salvaguardas da Agência Internacional de Viena, com a aprovação de países como a União Soviética, os Estados Unidos e assim por diante. Não nos furtaremos a todos os controles que forem necessários para se verificar o destino que vai ser dado a esses combustíveis, sobretudo ao plutônio, para que algum dia ele não possa ser desviado no sentido menos honesto ou menos humanitário para a fabricação de uma arma nuclear. Nosso programa é um programa essencialmente pacífico, que visa a atender às necessidades da população brasileira. É um programa indispensável, necessário. Não podemos viver no ano de 1978 só pensando nos dias de hoje. Há pouco, demonstramos preocupação pelo ano 2000 e lhes confesso que o Governo brasileiro pensa na solução do problema de hoje, mas também o projeta sobre o futuro e pensa na responsabilidade que tem para com toda a população brasileira que hoje em dia é de mais de 100 milhões de habitantes. E achamos que, no quadro atual, enquanto não se descobrem outras fontes energéticas, viáveis ou práticas, a que existe e que está ao nosso alcance é a da energia nuclear. Apresentei, com maiores detalhes, estas explicações ao Presidente Lopez Portillo, que as recebeu bem e concordou comigo que o Brasil está no caminho certo.

P — (Do Senhor Juan Rodriguez Rodriguez, do jornal «El Universal»): Publicou-se na imprensa do

México que, entre os convênios comerciais e intercâmbios que há entre o México e o Brasil, existem alguns de caráter secreto, e neste sentido se destaca um de venda pelo Brasil de material bélico. É certo isto?

R — Não houve nenhum acordo secreto. Nossas conversações, minhas com o Presidente Lopez Portillo, foram assistidas por membros do Governo do México e elementos brasileiros integrantes da minha comitiva. Nós não falamos em matéria bélica. Pelo contrário, quando falávamos em assuntos bélicos, nos manifestávamos todos a favor do desarmamento. O México, como o Brasil, são ambos países pacifistas e nossa atuação nas conferências de desarmamento tem sido sempre no sentido de levar os países que estão armados até os dentes a se desarmarem no interesse da humanidade. Posso assegurar-lhe: primeiro, não houve, durante os acordos ou durante as conversações, nada de secreto, nada que não possa vir à luz do dia com toda a inocência possível. Em segundo lugar, não se tratou absolutamente entre o México e o Brasil de qualquer assunto de natureza militar.

P — (Do Senhor Valdir de Póvoa, da revista «Veja»): Eu sou correspondente aqui no México da revista «Veja» e estou acompanhando sua visita há mais de dois meses. Durante os preparativos e nos dias de sua permanência aqui, eu não vi nenhuma referência a um eventual acordo de ordem cultural Brasil-México. Não se mencionou em nenhum mo-

mento este assunto. Gostaria de ouvir sua opinião a este respeito.

R — Já existe um acordo cultural entre o Brasil e o México. O comunicado que hoje vai ser assinado se refere também a este assunto e mostra a conveniência de desenvolver este acordo cultural, técnico e científico, e também no campo cultural. Uma das observações que foram feitas nas conversações com o Presidente Lopez Portillo, tanto da minha parte como da parte dele, é que normalmente — e isto ocorre muito na América Latina — fazemos acordos muito bonitos, escrevemos e registramos idéias e princípios e ficamos aí. Não vamos adiante, não vamos progredindo no sentido prático da realização. Somos mais teóricos do que práticos. Acredito que isto ocorra muito, no caso do México e do Brasil, no campo cultural. Acho que se poderia ter aí um desenvolvimento muito maior. O México tem uma cultura altamente desenvolvida. Tive ocasião de visitar seus museus, e assim por diante; acho que há um campo vastíssimo a ser explorado neste sentido. Acho que temos que partir de nossas linhas teóricas e entrar na realidade prática. A este propósito, permita-me mencionar, entrando agora no campo econômico, que eu assinalai ao Presidente Lopez Portillo que o nosso comércio, que ao longo dos anos era um comércio insignificante ou praticamente nulo, no entanto, cresceu sobremaneira a partir de 74 e 75, e sobretudo em 76. Em 76 o comércio chegou a mais de 350 milhões de dólares nos dois sentidos. Já em 77, esse comércio decresceu. A tendência da curva, que

era ascendente, se transformou e tivemos um declínio. Acentuei-lhe que nós precisávamos realmente buscar o ponto sensível, a razão de ser de nosso comércio ter diminuído, quando nossas intenções eram aumentá-lo. Era preciso que verificássemos quais as pedras que estavam no caminho para removê-las. Em consequência, decidimos duas coisas que são de extraordinária importância: uma, é a abertura de créditos de valor bastante elevado em relação ao nível do nosso intercâmbio comercial, de pelo menos US\$100 milhões em cada sentido, que permitissem a nossos industriais, a nossos comerciantes etc., comprar e vender com maior facilidade. Em segundo lugar, um instrumento que permitisse a conveniente utilização desses créditos num quadro econômico adequado com a agilidade necessária a quem trabalha em comércio e indústria. Isto seria obtido através de agências bancárias dos dois países que permitissem utilizar os créditos, prestar informações e assim por diante. Nesse mesmo sentido, acho que também no campo cultural devemos ver quais são as pedras existentes no caminho, para ver se as removemos.

P — (Do Senhor René Arteaga, do jornal «Uno Más Uno»): Depois desta visita e desta entrevista com o Presidente Lopez Portillo, em que rumo se fortalece e melhora a posição latino-americana do Brasil?

R — Eu creio que a posição latino-americana do Brasil se reforça com esta visita, sem dúvida, como também acredito que a posição do México se

reforça. Acredito que a visita seja de interesse de ambos e que ambos colham resultados. Em matéria internacional não pode haver proveito para um só dos parceiros.

O proveito tem que ser recíproco. Ambos têm seus interesses satisfeitos. Que naquilo em que coincidem, possam levar esta coincidência aos melhores resultados. E, naquilo em que divergem, que encontrem caminhos para eliminar a divergência. Esta visita, no meu modo de ver, foi extraordinariamente proveitosa no sentido bilateral; foi proveitosa ao Brasil, foi proveitosa ao México. Sobretudo por nos aproximar, por fazer com que nossa amizade, que era muito teórica, se tornasse mais objetiva. Que a distância que havia entre nós diminuísse. Que nos entendêssemos não apenas na área do Governo, mas também na do empresariado. Trouxe comigo vários empresários do Brasil que durante estes dias conversaram com empresários mexicanos. Temos um ditado no Brasil, de que é conversando que as pessoas se entendem. Acredito que as conversas que aqui se realizaram foram todas elas no sentido de um bom entendimento. Ambos os países colheram proveitos. Proveitos no campo político, proveitos no campo econômico, no campo ecológico, mas também acho que a América Latina colheu resultados, pois quando dois países da América Latina, das dimensões do Brasil e do México, se aproximam, esta aproximação sem dúvida terá reflexos sobre o conjunto.

P — (Do Senhor Francisco Baker, do jornal «O Globo»): Agora que o seu governo chegou ao

final, como é que o senhor vê a situação do Brasil no quadro internacional em comparação com a situação existente no início do seu período?

R — Acho que o Brasil fez bastante progresso no campo internacional. Em 1976, visitei alguns países da Europa. Estive na França, Grã-Bretanha e depois no Japão. Antes já tinha estado na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai, na fronteira uruguaia. Agora tive contatos com o Peru, na fronteira peruana, e recebi várias visitas de Chefes de Estado. Ultimamente, do Presidente da Bolívia, e pretendo ir ao Uruguai. Tenho programada uma viagem à República Federal da Alemanha e, em todas essas visitas, em todas essas viagens, em todos esses contatos, creio que a posição internacional do Brasil melhorou. O Brasil se tornou mais conhecido, o Brasil apresentou uma imagem mais realista. Muitas versões, relacionadas com vida interna do Brasil, foram desfeitas. Por outro lado, o nosso comércio cresceu, o nosso desenvolvimento industrial aumentou. Apesar da crise do petróleo, no ano de 1977, graças a esses contatos, à política que adotamos e aos esforços que fizemos, depois de muitos anos passamos a ter um saldo positivo na balança comercial e conseguimos ampliar muito as nossas exportações.

Não sô no campo econômico, mas no campo político, admito — e não vai nisto imodéstia da minha parte — que a atuação internacional do Brasil foi bastante desenvolvida. O país pode continuar a apresentar-se perante o mundo como uma nação que procura o desenvolvimento para o bem-estar da sua

população, dentro do espírito pacífico de colaboração, de compreensão, e conforme a expressão que se usou há pouco aqui, de pragmatismo e ecumenismo.

Temos de encerrar esta reunião. Talvez existissem muitas perguntas que ainda me desejassem fazer. Procurei lhes dar uma imagem, com toda a sinceridade, do que penso e acho em relação ao que me foi inquirido. Quero lhes reafirmar a grande satisfação que tive nesta visita. De um lado, pela amabilidade, cortesia e gentileza com que fomos recebidos e acolhidos; de outro lado, pela coincidência de pontos de vista que encontrei no Governo mexicano e, por último, pela esperança que alimento de que esta viagem traga resultados realmente benéficos para os nossos dois países, que permitam ao México crescer e se desenvolver e que sirvam como exemplo a outros países da América Latina para que nos unamos cada vez mais, dentro do nosso objetivo comum de construir uma América Latina mais coesa, mais integrada do que a que temos hoje. Muito obrigado a todos pela atenção que me deram.»